ACÓRDÃO N.º 56.997
(Processo n.º 2016/51345-2)

Assunto: PEDIDO DE RESCISÃO.

Recorrente: BENEDITA DO PILAR LOBO DIAS – Prefeita à época, do Município de Baião.

Advogado: MIGUEL BIZ – OAB/PA 15.409-B.

Decisão Recorrida: Acórdão n.º 52.569, de 01-10-2013.

Relator: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA.

EMENTA:

PEDIDO DE RESCISÃO. INSPEÇÃO. NOVO LAUDO CONCLUSIVO. DESNECESSIDADE. VISTORIA DO ÓRGÃO CONCEDENTE. VIOLAÇÃO LITERAL DE PRINCÍPIO. ERRO NO *ITER* PROCESSUAL OU NA CONDENAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDO CONTEMPORÂNEO. DOCUMENTAÇÃO UNILATERAL. RESPONSABILIDADE. CULPA. DANO AO ERÁRIO. IRRELEVÂNCIA DO DOLO. DESPROVIMENTO.

1 – É desnecessário realizar inspeção ou novo laudo conclusivo quando existem nos autos elementos probatórios suficientes, dentre os quais se destaca o laudo de execução física, que consubstancia uma análise técnica elaborada de forma satisfatória e em tempo oportuno.

2 – Erigido pedido de rescisão com fundamento na violação literal dos princípios do devido processo legal e da não culpabilidade (CF/1988, art. 5º, incisos LIV e LVII), revela-se impossível a revisão das contas quando não restar evidenciado que, de fato, houve erro no *iter* processual ou mesmo na condenação proveniente do acórdão vergastado.

3 – Mostra-se acertada a condenação com fulcro em laudo conclusivo elaborado pela SEPOF, que é contemporâneo ao convênio e claro em indicar o percentual de conclusão da obra, e que não é infirmado por documentação produzida pelo peticionante, unilateralmente, anos após o término de vigência do ajuste.

4 – Para fins de responsabilização, desnecessária a comprovação de dolo do gestor público, bastando a quantificação do dano, a identificação da conduta que caracterize culpa e a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta culposa (*stricto sensu*) e a irregularidade que ocasionou o dano ao erário. Jurisprudência do TCU.

5 – Pedido de rescisão admitido e desprovido.

Relatório do Exm.º Sr. Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA:

Processo: 2016/51345-2

Tribunal de Contas do Estado do Pará

Tratam os autos de pedido de rescisão interposto por **Benedita do Pilar Lobo Dias** contra o v. Acórdão n. 52.569, de 1/10/2013, prolatado nos autos do processo n. 2007/52233-9, em apenso, referente à tomada de contas do convênio n. 76/2002, firmado entre o Estado do Pará, por meio da então Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação Geral, e o Município de Baião, sob a administração da peticionante, Prefeita à época.

As referidas contas foram julgadas irregulares com a imputação de débito e a aplicação de multas.

A peticionante (fls. 1/7) se fundamentou no art. 80, inciso IV, da Lei Orgânica desta Corte de Contas – LOTCE, ao arguir a violação aos princípios do devido processo legal (Constituição da República – CF/1988, art. 5º, LIV) e da presunção de inocência ou da não culpabilidade (CF/1988, art. 5º, LVII).

Para tanto, alegou que a condenação foi fulcrada em um laudo conclusivo realizado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF (fls. 40/42 do processo n. 2007/52233-9), que, além de ter sido confeccionado 4 (quatro) anos após a edificação da obra, deixou de indicar as etapas do plano de trabalho que não foram executadas. Aduziu, também, que a obra não foi concluída porque o Estado do Pará só repassou metade dos recursos financeiros previstos no convênio, e juntou documentos emitidos pela Prefeitura Municipal de Baião, onde se afirmou que a obra foi edificada na exata proporção dos valores recebidos.

Por fim, alegou que não há evidências de locupletação astuciosa ou dano ao erário, e que, na esteira do princípio do *in dubio pro reo*, a dúvida quanto ao percentual de execução milita em favor da peticionante, eis porque afirma que o ônus de provar a responsabilidade é desta Corte de Contas.

Diante disso, pugnou pela reforma do acórdão, a fim de reconhecer a plena regularidade das contas ou, caso subsista dúvida, que seja feita inspeção *in loco* ou determinada a realização de novo laudo técnico, seja pelo Estado do Pará, seja pelo próprio Município de Baião.

Após o pedido ter sido admitido, a Secretaria de Controle Externo – SECEX (fls. 18/22) se manifestou pela insubsistência da pretensão, permanecendo a irregularidade das contas, uma vez que não há ineditismo nas alegações apresentadas e que a inexistência de dolo não é fator suficiente para suprimir a condenação.

Na sequência, o Ministério Público de Contas – MPC (fls. 25/28) emitiu parecer no sentido de que o pedido seja considerado incabível ou julgado totalmente improcedente, já que não foi comprovada ofensa na aplicação do direito por esta Corte de Contas, porquanto a peticionante se limitou a discutir questões fáticas relativas ao percentual de execução da obra.

Ademais, reconheceu que os documentos juntados, além de serem inservíveis à defesa, chegam a depor contra a própria pretensão aqui formulada, já que eles demonstram que, mesmo tendo o convênio expirado em 31/12/2005, em 17/11/2006 a obra estava paralisada e o percentual de execução física correspondia a 40% (quarenta por cento), razão pela qual o Controle Interno do município recomendou a sua retomada imediata. Além disso, afirmou que tais documentos foram produzidos por servidor hierarquicamente subordinado à peticionante e fundamentados em uma vistoria realizada em 2009, data consideravelmente posterior ao fim da

Tribunal de Contas do Estado do Pará

vigência do ajuste.

É o relatório.

Voto:

No tocante aos pedidos de inspeção *in loco* e de determinação para que seja realizado novo laudo técnico, importa considerar que a tomada de contas em apenso já está dotada de elementos probatórios suficientes acerca da realização da obra. Dentre esses, destaca-se o Laudo de Execução Física da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF (fls. 40/42 do processo n. 2007/52233-9), que consubstancia uma análise técnica elaborada de forma satisfatória e em tempo oportuno pelo órgão concedente dos recursos, no desempenho de atividade de controle interno. Por essa razão, tais pedidos não merecem ser acolhidos.

A peticionante erigiu por fundamento de seu pedido de rescisão a violação literal dos princípios do devido processo legal e da não culpabilidade (CF/1988, art. 5º, incisos LIV e LVII). Entretanto, mesmo com a juntada de nova documentação (fls. 8/15), não logrou êxito em evidenciar a existência de qualquer fato no curso da tomada de contas, que fosse capaz de apontar que, de fato, houve erro no *iter* processual ou mesmo na condenação proveniente do acórdão vergastado.

Ressalta-se que a irregularidade das contas teve como fundamento o laudo conclusivo elaborado pela SEPOF (fls. 40/42 do processo n. 2007/52233-9), que foi alicerçado em duas vistorias realizadas paulatinamente à execução do objeto, das quais a última delas data de 29/6/2006, ou seja, aproximadamente 6 (seis) meses após o término da vigência do convênio, que se deu em 31/12/2005 (fls. 38/39 do processo n. 2007/52233-9).

No ponto, convém lembrar que o laudo descreve a obra vistoriada e é claro em indicar o seu percentual de conclusão, além do que está devidamente acompanhado de fotografias. Ademais, cotejando-se tais informações com o plano de trabalho e também com a planilha de custos (fls. 22/27 do processo n. 2007/52233-9), percebe-se a higidez do laudo conclusivo, o qual em nenhum momento é enfraquecido pela documentação juntada pela postulante (fls. 8/15), já que, conforme reconhecido pelo *Parquet* de Contas, estes últimos foram produzidos unilateralmente por servidores hierarquicamente subordinados à peticionante, com fulcro em uma vistoria realizada anos após o término da vigência do convênio, em 2009.

Aliás, os documentos trazidos na petição ratificam a execução parcial do ajuste à época. Isso porque a manifestação do controle interno do município (fl. 8) reconhece que em 17/11/2006, ou seja, quase um ano após o convênio ter expirado, a obra se encontrava paralisada, razão pela qual recomendou a sua retomada imediata, diante do fato de que a execução física tinha atingido somente 40% (quarenta por cento).

Importante considerar, também, que o fato de o Estado do Pará ter repassado apenas metade dos recursos financeiros previstos no termo de convênio não é razão suficiente para elidir a responsabilidade pela execução integral da parcela que foi repassada, restando, portanto, patentes o dano ao erário, a conduta culposa da peticionante e, conseqüentemente, a sua responsabilidade.

Observa-se que, em casos como esse, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União também tem caminhado no sentido da imputação de

Tribunal de Contas do Estado do Pará

responsabilidade, independentemente da existência de dolo, bastando a quantificação do dano, a identificação da conduta que caracterize culpa e a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta culposa (*stricto sensu*) e a irregularidade que ocasionou o dano ao erário (Acórdãos n. 7672/2010-Primeira Câmara; 5297/2013-Primeira Câmara; 3694/2014-Segunda Câmara e 185/2016-Plenário).

Portanto, nota-se a desnecessidade de se perquirir acerca do dolo, por ocasião da análise das contas apresentadas pelos gestores públicos. Havendo prejuízo ao erário, é impositiva a condenação dos responsáveis, a ser realizada por esta Corte de Contas, órgão a quem a Constituição da República atribuiu tal mister (arts. 70, parágrafo único, e 71, inciso II).

Por todo o exposto, conheço do pedido de rescisão e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo-se na íntegra o Acórdão n. 52.569, de 1/10/2013.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no artigo 80, da Lei Complementar n.º. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Pedido de Rescisão interposto pela Sra. BENEDITA DO PILAR LOBO DIAS, ex-prefeita municipal de Baião, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se na íntegra o Acórdão n. 52.569, de 01/10/2013.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de setembro de 2017.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

ODILON INÁCIO TEIXEIRA
Relator

Presentes à sessão os Conselheiros: LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procurador do Ministério Público de Contas: Patrick Bezerra Mesquita.
PC/0100754